



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Fundamentos.

O AVANÇO DO CONSERVADORISMO E SUAS MULTIFACETAS NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: UM ESTUDO DO SIGNIFICADO SOCIAL DA PROFISSÃO

Giovanna Canêo¹

Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso²

José Elson da Silva dos Santos³

Resumo: Este artigo é fruto das reflexões teóricas do/as autor/as no mestrado acadêmico na condição de docente e mestrando/a, a partir de revisão bibliográfica sobre o tema. Objetiva apresentar particularidades históricas, políticas, econômicas e sociais do avanço do conservadorismo no Brasil e realizar estudo do significado social do Serviço Social, frente à questão social e suas expressões.

Palavras-chave: Conservadorismo; significado social; Serviço Social

Abstract: This article is the result of the author's theoretical reflections on the academic master's degree as a teacher and master's student, based on a literature review on the subject. It aims to present historical, political, economic and social particularities of the advancement of conservatism in Brazil and to study the social meaning of Social Work, facing the social issue and its expressions.

Keywords: Conservatism; Social Meaning; Social Work

INTRODUÇÃO

O Brasil vive na atualidade uma série de retrocessos políticos e econômicos que afetam diretamente o conjunto da classe trabalhadora no que tange às suas condições de vida e existência; tais retrocessos estão diretamente vinculados ao avanço dos movimentos de direita no país. O ápice desse processo ocorre no golpe de 2016⁴, quando o governo de Dilma Rousseff mantinha um projeto por alguns estudiosos denominado de “neodesenvolvimentista”, característico dos governos petistas (ainda que com

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de São Paulo. E-mail:<gicane080@gmail.com>.

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de São Paulo. E-mail:<gicane080@gmail.com>.

³ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de São Paulo. E-mail:<gicane080@gmail.com>.

⁴ O Golpe de 2016 alude ao *impeachment* da então presidenta eleita Dilma Rousseff, “numa articulação envolvendo segmentos de todos os poderes da república e da sociedade civil com destaque para a grande mídia, forjou-se a chegada à presidência do ilegítimo Michel Temer” (BEHRING, 2018, p.02).

diferenças entre suas gestões), e “em menos de dois anos retomamos à barbárie ultraliberal dos prepostos da finança e do grande capital” (BEHRING, 2018, p. 02).

Segundo NETTO (2012), nesse contexto vigora a lógica na qual “não há sociedade, só indivíduos”. Essa cultura neoliberal⁵, que no Brasil se radicaliza numa relação direta com o conservadorismo, pode ser compreendida como o triunfo do indivíduo sobre a sociedade. Estas são as características que compõem o plano ideológico-político atual brasileiro.

Este artigo é resultado de revisão bibliográfica, a partir das disciplinas ministradas/cursadas no programa de pós-graduação, tendo como orientação metodológica o materialismo-histórico dialético. Está dividido em dois tópicos. O primeiro, intitulado: “Características do plano ideológico-político atual e suas faces econômicas e sociais” visa refletir e apresentar as principais características históricas, econômicas, políticas e sociais que compõem a atual conjuntura, demonstrando um projeto contrarrevolucionário e conservador em curso. Os autores base foram: Netto (1993), Yazbek (2009), Lowi (2015), Gallego (2018) e Miguel (2018).

O segundo tópico intitulado: “O significado social do exercício do Serviço Social no cenário político atual” aborda como se apresenta o Serviço Social diante dessa ascensão do conservadorismo, a partir de estudo do significado social do trabalho profissional, busca ainda, refletir as possibilidades de enfrentamento a esse cenário. Os autores que deram base à pesquisa foram: Yamamoto e Cavalho (1982), Netto (1993), Yazbek (2009), Cardoso (2013) e Faleiros (2013).

I - CARACTERÍSTICAS DO PLANO IDEOLÓGICO-POLÍTICO ATUAL E SUAS FACES ECONÔMICAS E SOCIAIS

O plano político é produto das novas dinâmicas econômicas e socioculturais, nas quais se alteram relações entre sociedade civil e Estado.

⁵Segundo Netto, a essência do arsenal do neoliberalismo consiste: numa “argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para democracia” (1993, p.77).

Enquanto a oligarquia financeira enriquece articulada e progressivamente, as camadas subalternas enfrentam fortes crises, como o aumento da desigualdade social e o desemprego estrutural. Desta forma,

ocorrem alterações profundas, quer no plano econômico-objetivo da produção/reprodução das classes e suas relações, quer no plano ídeo-subjetivo do reconhecimento da pertença de classe (NETTO, 2012, p.418).

Dessa forma, o capital está em constante transformação na busca pela manutenção e maximização do lucro, atualmente representada por demandas urgentes, podendo ser sintetizadas no tríplice mote: "da 'flexibilização' (da produção, das relações de trabalho), 'desregulamentação' (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da 'privatização' (do patrimônio estatal)" (NETTO, 2012, p.12)⁶.

Nesse sentido, os fatos ocorridos a partir de 2016 ilustram bem a atual ofensiva de reestruturação do capital: A aprovação da EC (Emenda Constitucional) 95 que estabelece limite de crescimento dos gastos públicos por um período de vinte anos; a ânsia do governo atual pela aprovação da contrarreforma da previdência (com a elevação da idade mínima para a aposentadoria); a venda de partes da Petrobrás para empresas privadas de capital estrangeiro e a aprovação da contrarreforma⁷ trabalhista, que resultou no aumento da informalidade e de contratos temporários⁸, vitórias estas do grande capital, que precarizam progressivamente a vida da classe trabalhadora.

⁶É importante frisar que este processo está em curso desde os anos 1990, quando da entrada do Brasil no neoliberalismo. Evidentemente, de lá para cá, temos diferentes formas de sua manifestação, num movimento contraditório de ganhos e perdas da classe trabalhadora, sempre tensionado pela correlação de forças sociais. Debruçamo-nos aqui a compreender os acontecimentos pós golpe de 2016, que trazem um aprofundamento do projeto neoliberal em curso, associado a radicalização do conservadorismo, numa falência da tentativa do consenso de classes e a afirmação do projeto da burguesia nacional articulada ao capital estrangeiro.

⁷ Neste artigo optou-se por utilizar a expressão contrarreforma: "já que o desenvolvimento das políticas sociais esteve imbuído historicamente de um forte espírito reformista, sob pressão do movimento dos trabalhadores: as reformas dos anos de ouro. (...) Contudo, em tempos de estagnação, reação burguesa e neoliberalismo, adentramos num ambiente contra-reformista" (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 148).

⁸A reforma trabalhista está "em vigor desde 11 de novembro de 2017, o resultado das mais de 100 alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) até o momento é a estagnação do emprego formal, uma tímida criação de empregos – via informalidade – e uma queda no volume de ações trabalhistas. Embora a retirada de direitos não tenha representado aquecimento do mercado do trabalho, a equipe do presidente eleito Jair Bolsonaro promete aprofundar ainda mais a retirada de garantias, com o fim do Ministério do Trabalho e a criação da carteira de trabalho "verde e amarela". Segundo Guedes, a Carteira de Trabalho Verde e Amarela garantiria

Movimento este, que acentua a barbárie e as desigualdades sociais e acelera a destruição dos direitos conquistados pela classe trabalhadora, resultando no aprofundamento das expressões da questão social⁹

Essas expressões podem ser exemplificadas como: vulnerabilidade do trabalho, com o aumento da informalidade e contratos temporários; desemprego estrutural crescente; redução salarial com desvalorização de mão de obra qualificada; maisas questões de saúde pública, violência doméstica, trabalho infantil, população em situação de rua, precariedade no acesso à alimentação, moradia e educação, envelhecimento sem recursos e outros. Situações alarmantes, fruto da exclusão social, pobreza naturalizada pela sociedade sem intuito de minimizá-la ou erradicá-la (YAZBEK, 2009).

Conforme anteriormente afirmado, entendemos que esse processo ganha novas configurações a partir do Golpe de 2016 e expressa, mais especificamente, a partir das eleições de 2018, a articulação entre o projeto neoliberal e a radicalização do conservadorismo.

Segundo Souza (2016), o conservadorismo tem sido a tônica da política brasileira nos últimos anos.

No âmbito do debate estritamente político, o conservadorismo geralmente é associado às variadas posições contrárias aos avanços das pautas da esquerda. É implicado como conservador o indivíduo ou grupo político contrário, por exemplo, à luta pela universalização dos direitos e às demandas pela radicalização da democracia. Tal posição costuma estar associada, também, à adesão à ideologia do mercado, que envolve desde a defesa da mercantilização cada vez maior da vida social, até a agenda de combate ao avanço dos direitos humanos. Liberalismo e conservadorismo são tomados, corriqueiramente, como sinônimos. Mas, tal como o liberalismo, entre outras tradições de pensamento fundadas pela modernidade, o conservadorismo tem uma trajetória histórica e uma proposta teórico-política próprias (p.360).

Tendo como seu maior expoente o inglês Edmund Burke, o conservadorismo apresenta-se como pensamento ideo-político contra os processos revolucionários que marcaram o século XVIII. Nessa perspectiva, defende centralmente os valores e instituições que precedem a sociedade

apenas três direitos: férias remuneradas, 13º salário e FGTS” (CARTA CAPITAL, 2018). Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/qual-o-saldo-da-reforma-trabalhista-e-o-que-esperar-com-bolsonaro/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

⁹Importante enfatizar a inexistência de uma “nova questão social”, esta é fruto da relação capital/trabalho, o que ocorre é que suas expressões assumem novas roupagens. E estas não serão suprimidas sem a supressão da ordem capitalista (NETTO, 2014).

moderna, entoando a tradição, a ordem, a disciplina e a repressão como elementos centrais na defesa das instituições consideradas fundamentais para o funcionamento harmônico da sociedade: a igreja, a propriedade privada e a família. Para tanto, cabe ao Estado, o papel de manutenção da ordem e à família a reprodução de valores que mantenham as relações hierarquicamente organizadas. As leis devem servir como forma de regular a vida em sociedade, conduzindo os indivíduos aos processos de cooperação aos quais estão sujeitos por viverem em interdependência, reafirmando a importância da desigualdade como forma de complementaridade (BURKE, 2001; CARDOSO e ALVES, 2018).

Segundo Souza (2016), é possível afirmarmos que o conservadorismo adquire variados aspectos e características particulares de acordo com a formação social em que emerge¹⁰. Nesse sentido, a partir da revisão bibliográfica por nós realizada, buscamos caracterizar elementos centrais dos processos vivenciados no Brasil neste processo de radicalização do conservadorismo e aprofundamento do projeto neoliberal, sintetizados em cinco pontos: “o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e o *revival* do anticomunismo” (MIGUEL, 2018), a “luta contra a corrupção” (LÖWY, 2015) e a exaltação dos militares (GALLEGO, 2018).

1) O libertarianismo apresentando a igualdade como ameaça à liberdade, a partir da lógica do individualismo, sustentada pela meritocracia, na qual a solução dos problemas sociais é a partir do trabalho individual, ao invés do engajamento coletivo, conforme já retratado por Netto (2012) no começo desse artigo. Dessa forma, o ódio de classe torna-se declarado (MIGUEL, 2018).

¹⁰Originária da Europa e, mais particularmente, da Inglaterra do século XVIII, essa tradição influenciou intelectuais, políticos e classes sociais, de maneiras distintas na França, na Alemanha nos Estados Unidos e também em países da América Latina. No caso do Brasil, em consonância com o clima político instalado em quase todas as instituições da sua frágil democracia burguesa, observa-se, em anos recentes, o crescimento expressivo da publicação de obras e autores de repercussão nacional e internacional, ligados organicamente ao conservadorismo formulado por Edmund Burke. Autores como Russell Kirk, Michael Oakeshott, Roger Scruton, entre outros de expressão internacional, passam a tomar espaço significativo no mercado editorial brasileiro. Ao lado deles, um conjunto de divulgadores brasileiros do liberalismo, comumente inspirados pelas ideias elaboradas pelo Instituto Ludwig von Mises, passaram a defender, também, algumas ideias do conservadorismo. Tudo isso ocorrendo em paralelo à assim chamada “escalada conservadora”, que ganha densidade na cultura e na política institucional. A matriz ideológica do conservadorismo é, reconhecidamente, o pensamento de Edmund Burke. Deste autor, e da tradição fundada por ele, provém boa parte das ideias que conferem conteúdo às várias expressões do conservadorismo no cotidiano. Sua influência se faz sentir, na contemporaneidade, em autores conservadores, citados acima, nas posições políticas de vários sujeitos políticos e no discurso cotidiano dos indivíduos, grupos e classes. (SOUZA, 2016).

2) O fundamentalismo religioso é expresso numa moralização da esfera pública a partir de uma bancada evangélica expressiva no congresso, com ideologias dicotômicas do bem e do mal, que se convertem em propostas contra os direitos das minorias sexuais e das mulheres, com definições arcaicas sobre família.

3) O *revival* do anticomunismo, apresentando os comunistas como os inimigos da população, no qual repercutiu na associação de qualquer pessoa ou instituição contrária aos ideais do processo de “bolsonarização da esfera pública”¹¹ como comunista. Perseguição reforçada pela crise do socialismo real¹², e a ausência de um projeto político de esquerda em que a classe trabalhadora se reconhecesse. Processo que desabrochou vertentes radicais que desqualificam o pensamento crítico, expressadas por meio de projetos como a escola sem partido ou o antipetismo na educação.

4) A luta contra a corrupção, tema retomado pela extrema-direita brasileira a partir da manipulação demagógica da população na espetacularização de juízes. No Brasil: “é uma velha tradição, desde os anos 1940, dos conservadores: levanta-se a bandeira do combate à corrupção para justificar o poder das oligarquias tradicionais” (LÖWY, 2015, p. 662).

5) A devoção aos militares, um dos elementos mais aterrorizantes dessa extrema-direita conservadora, relacionado ao saudosismo da ditadura militar. Um exemplo concreto disso foi a expressiva quantidade de candidatos militares eleitos em 2018 no Brasil. Vinculado à necessidade constante pela busca da ordem concebida como questão existencial e ontológica na qual se distorcem

¹¹A bolsonarização da esfera pública é um termo utilizado por Esther Solano Gallegono debate intitulado: "O fim da era dos pactos: violência política e novas estratégias", coordenado por Ruy Braga. Ela é organizadora do livro "O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil" (Boitempo, 2018). Disponível na TV Boitempo: <<https://www.youtube.com/watch?v=JrnpiscANN0>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

¹²Segundo Netto: “Especialmente nos três últimos anos da década de oitenta, com uma força e um ritmo inesperados, os vetores que erodiam a estrutura institucional do autoproclamado "socialismo real" operam a desarticulação dos sistemas sócio-políticos vigentes nos Estados que compunham o chamado "campo socialista" - e também, dos padrões de relacionamento estabelecidos entre tais Estados”. (1993, p.12).

“A “crise do socialismo” (...) é apresentada como a agonia de ideários que, prometéticos, buscavam a superação da ordem burguesa; a “pós-modernidade, sugere-se, é a sepultura da revolução- e esta é mostrada como um dinossauro da racionalidade (...). Á base do seu proclamado fracasso, procura-se informar o seu suporte elementar: a teoria de Marx é desqualificada” (1993, p.11).

valores e conceitos, prega-se devoção e lealdade a determinada figura política, o bonapartismo, o “mito” que implantaria a ordem (GALLEGO, 2018).

Estas características compõem como se expressaram as eleições de 2018 no Brasil, com a ascensão de movimentos de direita, uma onda conservadora que apresenta repercussões econômicas, políticas e sociais. Processo ideológico-político com caráter ameaçador principalmente às pessoas de baixa renda, com o agravamento da extrema-pobreza no Brasil¹³, aumento da desigualdade social, desemprego, déficit habitacional, aumento da dívida externa e maior concentração de riquezas pelas elites.

Realidade na qual o Estado, sob direção neoliberal, progressivamente limita sua ação social, numa desresponsabilização estatal que resulta na ampliação do terceiro setor como “solução” às manifestações da questão social. Lógica que desencadeia o processo de desmonte e sucateamento das políticas sociais, com corte de gastos e recursos pelo governo federal em setores/instituições como: a assistência social, ao SUS - Sistema único de Saúde, previdência social e a educação, com claro ataque às universidades públicas.

II- O SIGNIFICADO SOCIAL DO EXERCÍCIO DO SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO POLÍTICO ATUAL

Diante dessa conjuntura política de redução e degradação das políticas sociais e do ataque aos direitos, torna-se essencial pensar o significado social da profissão nesse processo de produção e reprodução das relações sociais.

O Serviço Social surge¹⁴ ligado à caridade e ao assistencialismo. Em sua trajetória histórica, a categoria vem se renovando em sua representatividade, intervenção social e identidade profissional. O histórico profissional de movimentação é constante na dimensão teórica, assumindo atualmente

¹³ Segundo a Síntese de Indicadores Sociais de 2018 do IBGE, está aumentando aceleradamente a população em extrema pobreza tendo um retorno ao patamar de doze anos atrás. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/ce915924b20133cf3f9ec2d45c2542b0.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

¹⁴ O início do Serviço Social no Brasil se dá na década de 1930 - 1940. O surgimento da profissão se expressa a partir de uma necessidade de profissionais que apaziguem e atenuem os conflitos sociais da época, com embasamento de uma ideologia cristã, de caráter conservador e humanista. (CARDOSO, 2013, p. 110-114.)

determinada direção social comprometida com a classe trabalhadora, representada pelo código de ética e pelo projeto ético-político da profissão. A hegemonia atual da categoria rompeu com o conservadorismo e o tradicionalismo outrora existente na profissão.

O Serviço Social insere-se em diferentes espaços sócio-ocupacionais e desenvolve um exercício profissional visando o atendimento das necessidades sociais dos/as usuários/as, na possibilidade de viabilizar o acesso da população às políticas, gerando efeitos concretos nas condições sociais, materiais, políticas e culturais de vida das classes trabalhadoras (YAZBEK, 2009).

A profissão é resultado de realidades históricas definidas e se consolida, a partir da constituição no país, na necessidade de respostas à questão social via políticas sociais e seus formatos de proteção social, programas, serviços e recursos. Assim, o trabalho do/a assistente social consiste em atividades de abordagem direta com os/as usuários/as, planejamento de serviços e políticas sociais e na efetivação de uma ação socioeducativa voltada às classes subalternas que intervenha em sua realidade social, seus valores e suas formas de luta, organização e resistência (YAZBEK, 2009).

Iamamoto e Carvalho (1982), apresentam o Serviço Social não com natureza dualista ou dicotômica, mas expõem seu caráter contraditório como categoria analítica, ao analisar a profissão a partir da dialética das relações. O Serviço Social responde a dois interesses distintos (o da burguesia e o do proletariado):

As condições que circunscrevem o trabalho do assistente social expressam a dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade. O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama das relações e interesses sociais e participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, de respostas institucionais e políticas às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais (p. 85).

Assim, é correto afirmar que o Serviço Social está inserido tanto no processo de reprodução dos interesses do grande capital, quanto das respostas às demandas para a sobrevivência da classe trabalhadora. Há uma polarização no trabalho profissional, considerando-se que as classes sociais e seus interesses só existem em relação (YAZBEK, 2009).

Este é o cenário no qual atua o/a assistente social que dispõe de uma autonomia relativa na condução de seu exercício profissional. Essa autonomia profissional é

tensionada pela compra e venda dessa força de trabalho especializada a diferentes empregadores: o Estado (e suas distintas esferas de poder), o empresariado, as organizações de trabalhadores e de outros segmentos organizados da sociedade civil (IAMAMOTO, 2011, p.215).

Outrossim, o significado social do trabalho do/a assistente social está associado à compreensão do seu lugar na divisão social e técnica do trabalho, demarcado pela maneira como se expressam as relações com os sujeitos sociais contratantes e a população atendida. Os contratantes apontam as necessidades sociais nas quais o profissional deve responder, intervêm no espaço físico dos atendimentos e suas consequências na reprodução das relações sociais, ademais exigem ações trabalhistas e ocupacionais de seus contratados. Esta é a condição de trabalhador assalariado do Serviço Social (IAMAMOTO, 2011).

Estas exigências no quadro da organização social e técnica do trabalho, na conjuntura atual, expressam-se cada vez mais na lógica produtiva e tecnicista, numa desvalorização do trabalho do/a assistente social obstaculizando o desenvolvimento de um exercício profissional de qualidade a partir de um acompanhamento contínuo do/a usuário/a.

Nesse âmbito, amplia-se o terceiro setor no campo da filantropia e do assistencialismo com organizações não governamentais, numa desresponsabilização estatal ao desenvolver alternativas privadas para as expressões da questão social. Essas aparecem como possibilidade diante da limitação da ação social do Estado neoliberal.

Assim, acontece o enxugamento das formas reguladoras do Estado, numa desvalorização da esfera pública de caráter universalizador. Amplia-se o sucateamento das políticas públicas pelo Estado, o qual não as compreende como prioridade, e reforça a importância de exaurir os recursos de programas de transferência de renda, da assistência social e da previdência social.

Cenário que se intensifica por meio do senso comum, alicerçado pelo conservadorismo, de caráter ameaçador às minorias, numa depreciação da seguridade social, não sendo compreendida como direito, haja vista a crença pela ascensão a partir da meritocracia para todos, na qual a solução dos

problemas sociais é a partir do trabalho individual, ao invés do engajamento coletivo (MIGUEL, 2018).

Destarte, a prevalência do neoliberalismo na economia política expressada no aprofundamento da questão social, torna-se progressivamente desafiador trabalhar a favor da classe trabalhadora, na busca de responder suas demandas. É nesse terreno denso e repleto de contradições que se insere o/a assistente social que trabalha com “o paradigma das relações de força, poder e exploração” (FALEIROS, 1993, p.126).

Não obstante, isto não alude ao/a assistente social um papel passivo diante das situações sociais e políticas que formatam o cotidiano profissional, ao participar da reprodução da própria vida social, é que o Serviço Social planeja estratégias profissionais e políticas a favor dos interesses do proletariado.

Em razão disso, a possibilidade de a profissão voltar-se a atender os interesses de seus/suas usuários/as é proporcionada a partir da estruturação de um projeto profissional coletivo que direcione o exercício profissional em seus diversos espaços sócio-ocupacionais (YASBEK, 2009).

O cenário que apresentamos neste artigo demandará diferentes estratégias no trabalho profissional (NETTO,1996). Portanto, é importante considerar a conjuntura social, econômica, histórica e política que exerce influência no trabalho profissional, e a maneira como o/a profissional elabora sua intervenção, ganha significado, finalidade e uma direção social (YAZBEK, 2009). É primordial compreender como se traduz o impacto dessas transformações societárias na particularidade prático-social de cada profissão:

as profissões não podem ser tomadas apenas como resultados dos processos sociais macroscópicos – devem também ser tratadas cada qual como corpus teóricos e práticos que, condensando projetos sociais (donde as suas inelimináveis dimensões ídeo-políticas), articulam respostas (teleológicas) aos mesmos processos sociais (NETTO, 1996 , p.89).

A partir da inflexão realizada pela profissão, de seu *ethos* conservador a uma perspectiva emancipatória, a direção social da profissão bate de frente com a hegemonia política pretendida pelo grande capital que defende a liberdade nos termos do liberalismo, em contraposição a liberdade por nós defendida neste

projeto profissional¹⁵. A identidade profissional está pautada na defesa da democracia e da cidadania a favor da equidade e justiça social com horizonte na construção de nova ordem societária livre de exploração-dominação de classe, etnia e gênero (NETTO, 1996). Assim, o Serviço Social assume uma direção crítica à lógica capitalista.

Dessa forma, é importante ressaltar o norte profissional como expressão teórico-política de resistência, e consolidar esta direção social, reafirmando tal projeto. Aqueles que supuseram findado o conservadorismo no seio da profissão após o Congresso da virada, erraram profundamente na análise, e, em tempos de radicalização do conservadorismo conforme explicitado anteriormente, ressurgem na profissão expressões claras de articulação deste pensamento. São expressões disso: o aumento de trabalhos de pesquisa no último XVI ENPESS (2018) referenciados em autores pós-modernos, as “vinte e três teses pela reforma do Serviço Social” e a teoria da libertação para o Serviço Social.

E é neste contexto que se faz necessário retomar o debate do significado social da profissão, tão profundamente desenvolvido por Yamamoto, conforme apresentado anteriormente. É compreendendo o caráter contraditório do trabalho profissional, que poderemos nos apropriar da dimensão política deste trabalho e da necessária clareza para posicionar-se ética e politicamente a favor da classe trabalhadora neste cotidiano profissional. Afirma-se, portanto, a importância de fortalecer a perspectiva emancipatória enquanto projeto hegemônico, num compromisso com o código de ética e o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁵Liberdade como valor central do Projeto Ético-Político numa: “contraposição ao conceito de liberdade preconizado pelo liberalismo (e neoliberalismo), da liberdade individual: “não se trata de uma concepção de liberdade [...] apenas como livre-arbítrio ou que coincide com o individualismo. Não é possível reduzi-la ao estrito âmbito das decisões individuais, pois a experiência da liberdade se constitui como uma construção coletiva” (Sales, experiência 1,996:182). A liberdade é compreendida como fonte de emancipação, autonomia e plena expansão dos indivíduos sociais, o que significa o final da exploração e da dominação do homem pelo homem. (...) A construção de uma nova sociabilidade, pautada na liberdade do homem, na busca de sua essência, enquanto um ser político, livre, social; na busca da emancipação do ser humano e da justiça social” (CARDOSO, 2013, p.216).

No decorrer da elaboração deste artigo, nota-se o caráter histórico e de movimentação do trabalho profissional do/a assistente social, inserido nas relações sociais capitalistas. Dessa forma, a intervenção profissional sempre necessita de mudança em resposta às determinações sócio-históricas que se transmitem ao longo do tempo no decorrer do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Perante essas novas configurações o Serviço Social depara-se com novas exigências, sendo forçado a atualizar-se, na elaboração de novas estratégias, frente às novas demandas do mercado de trabalho (YAZBEK, 2009).

É importante afirmar a profissão e suas ações interventivas diante das novas roupagens das expressões da questão social e das implicações que decaem sobre as políticas sociais numa realidade marcada pela precarização e subalternização do trabalho, com alterações na estrutura das ações sociais do Estado. (YAZBEK, 2009).

Os/as Assistentes Sociais devem trabalhar a favor dos interesses da classe trabalhadora, buscando fundamentação teórica para compreender essa realidade contraditória na qual se insere e que

requer no seu enfrentamento, a prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento à responsabilidade do Estado e a afirmação de políticas sociais de caráter universal, voltadas aos interesses das grandes majorias, condensando um processo histórico de lutas pela democratização da economia, da política, da cultura na construção de uma esfera pública. (IAMAMOTO, 2001, p. 10,11).

O horizonte é uma nova ordem societária, que cultive e respeite a universalização dos direitos, alicerçada pela socialização da política, da economia e da cultura. Elementos importantes para o Brasil, devido ao aumento dos privilégios, a violência, o ódio de classe, discriminação de gênero e etnia, resultando no aumento das desigualdades sociais (IAMAMOTO, 2012).

Nessa dialética das relações tensas da vida social é preciso fortalecer, efetivar e defender os ideais democráticos - com a necessidade de afirmação e até mesmo da necessidade das políticas sociais que progressivamente perdem relevância no cenário político atual.

A estruturação de uma nova sociabilidade, fundamentada por valores de caráter universalizantes, necessita de toda uma reorganização das relações entre Estado, sociedade e economia. Realizar um trabalho com esta direção

social implica a exigência de ser um/a profissional culto/a, crítico/a com habilidade de propor ações que visem a democratização da vida social, com compromisso ético-político e competência teórico-metodológica (IAMAMOTO, 2012).

Esses elementos, somados à análise da realidade, permitem a identificação dos desafios profissionais com os quais se deparam o/a assistente social no trabalho frente aos processos sociais. Exige-se também um profissional com competência técnico-operativa na realização de atividades de planejamento, mediação, fornecendo incentivo à participação dos sujeitos sociais em decisões com magnitude que influencie em sua realidade, na defesa intransigente dos seus direitos e lutando na efetivação destes (IAMAMOTO, 2012).

Para o Serviço social brasileiro, hoje, cabe enfrentar no cotidiano profissional o avanço conservador, tendo como objetivo a superação de determinações institucionais e ter clareza nas suas atribuições profissionais. Com base em um exercício profissional interventivo com responsabilidade ética e política, realizando uma práxis, que, para tanto, precisa negar a base tradicional e reafirmar seu Projeto Ético-Político.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. C. Política Social e Método. Políticas Sociais: Fundamentos e História. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. XVI ENPESS, 2018. Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e serviço social.

BURKE, E. Reflexões sobre a revolução na França. Weffort, Francisco (org.). Os clássicos da política Vol. 2. 10ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2001.

CARDOSO, P. F. G. Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil. Campinas, SP: Papel Social, 2013.

CARDOSO, P. F. G., ALVES, L. Conservadorismo e laicidade de estado: subsídios para o debate no serviço social. Revista Temporalis v. 18, n. 36. Ética, direitos humanos e serviço social. São Paulo: Cortez Ed, 2018.

CARTA CAPITAL. Qual o saldo da reforma trabalhista e o que esperar com Bolsonaro? 12 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/qual-o-saldo-da-reforma-trabalhista-e-o-que-esperar-com-bolsonaro/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

FALEIROS, V. P. Metodologia e Ideologia do Trabalho Social. 8.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

GALLEGO, E. S. O fim da era dos pactos: violência política e novas estratégias, coordenado por Ruy Braga. Disponível na TV Boitempo: <<https://www.youtube.com/watch?v=JrnpiscANN0>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico – sociológico. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.

_____. A questão social no capitalismo. Revista Temporalis. Brasília, nº 03, jan./jun. 2001.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Projeto Profissional, Espaços Socio-ocupacionais e Trabalho do/a Assistente Social na Atualidade. CFESS. Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão. 1ª ed. Brasília, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/ce915924b20133cf3f9ec2d45c2542b0.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

LÖWY, M. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, nº 124, 2015.

MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. In: *O ódio como política. A reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

NETTO, J. P. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. *Conservadorismo clássico. Elementos da caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2012

_____. *Crise do capital e consequências societárias* *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, nº 111, jul./set. 2012.

SOUZA, J. M. A. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, nº 126, p. 360-377, maio/ago. 2016

YAZBEK, M.C. O significado sócio-histórico da profissão. In: *CFESS/ABESS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.